

# Desenvolvimento e desigualdades regionais: uma análise a partir da população com educação superior completa

## *Development and regional inequalities: an analysis of the population with higher education*

**ANDRÉ DE HOLANDA PADILHA  
VIEIRA**

Professor da Universidade Federal  
Fluminense (GSO/UFF)

RJ – Brasil

[orcid.org/0000-0002-6699-2044](https://orcid.org/0000-0002-6699-2044)

[andrevieira@id.uff.br](mailto:andrevieira@id.uff.br)

**CAROLINA ZUCCARELLI**

Professora da Universidade Federal  
Fluminense.

RJ – Brasil

[orcid.org/0000-0001-6734-3284](https://orcid.org/0000-0001-6734-3284)

[carolinazuccarelli@id.uff.br](mailto:carolinazuccarelli@id.uff.br)

**GABRIELA HONORATO**

Professora da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro.

RJ – Brasil

[honorato@ufrj.br](mailto:honorato@ufrj.br)

[orcid.org/0000-0002-8866-8755](https://orcid.org/0000-0002-8866-8755)

### Resumo

Neste artigo, considerando as recentes políticas de expansão e interiorização da educação superior no país, analisamos a desigualdade regional no acesso ao diploma de graduação na população adulta (25 anos ou mais) no Brasil na década de 2010. Buscamos responder em que medida a expansão das oportunidades na educação superior foi capaz de estreitar as disparidades inter e intrarregionais no acesso a um diploma. Com base nos dados da PNAD Contínua, descrevemos as desigualdades de sexo, raça/cor, renda domiciliar per capita e área do domicílio (capital e interior) entre as grandes regiões de 2012 a 2019. Os resultados indicam um processo de intensificação das disparidades no acesso a um diploma de graduação, sobretudo por renda domiciliar e área do domicílio, o que representa não apenas um desafio para políticas de expansão deste nível de ensino, como para políticas de desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: desenvolvimento; desigualdades regionais; educação superior.

### Abstract

In this paper, considering the recent policies of expansion and internalization of higher education in the country, we analyse regional inequality in access to a higher education degree in the Brazilian adult population in the 2010s. We seek to understand to what extent the expansion of opportunities in higher education has been capable of narrowing inter and intra-regional disparities in access to a degree. Based on PNAD Contínua data from 2012 to 2019, we describe changes in gender, race, household income per capita and household area inequalities across regions. The results indicate a process of intensifying disparities in access to an undergraduate degree, especially by household income and area of residence, which represents not only a challenge for policies to expand this level of education, but also for regional development policies.

Keywords: development; regional inequalities; college education.



<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvdd.3.059>

Recebido em: 19 de junho de 2022. Aprovado em: 17 de julho de 2022.

## INTRODUÇÃO

Um entendimento bastante difundido acerca do papel da educação é sua importância para o desenvolvimento econômico e para diminuição das desigualdades sociais. A Teoria do Capital Humano, ainda com muita força no desenho de políticas públicas, sintetiza esse conjunto de ideias e teorias que propõem explicar o impacto da escolaridade na distribuição de renda individual, na produtividade do trabalho e no crescimento econômico (HONORATO, 2022). Veiculada principalmente a partir da segunda metade do século XX, no cenário do pós-Segunda Guerra e transformação substantiva no movimento do capital, essa perspectiva teórica situou a escolarização da população como uma das chaves da prosperidade das sociedades modernas. Partindo da premissa de que com uma população educada e, conseqüentemente, produtiva, o nível de renda e bem-estar social aumentariam, a educação se consolidou como importante mecanismo de redução de desigualdades sociais amplas (SCHULTZ, 1971; SAUL, 2004), incluindo as desigualdades regionais.

Assim como ocorre com boa parte das explicações acerca do aumento e aceleração das desigualdades no Brasil e na América Latina (COATSWORTH, 2008; BARROS, 2012; WILLIANSO, 2015)<sup>1</sup>, as desigualdades regionais em educação no país são vistas como resultado de políticas desenvolvidas sobretudo no período da República Velha, e estariam relacionadas à mudança do quadro institucional (nova forma de arrecadação dos estados) que, somado ao aumento das atividades econômicas no final do século XIX, alteraram a estrutura educacional do país e elevaram a desigualdade inter e intrarregiões. As regiões brasileiras se especializaram na produção de bens diferentes, com impacto direto na receita arrecadada de produtos destinados à exportação. Havia uma relação positiva entre os preços dos produtos exportados, as receitas tributárias e o gasto per capita em educação, o que permitiu que regiões exportadoras de café, que dispunham de volume maior de recursos, tivessem maior capacidade de investimento educacional. Soma-se a isso, o sistema de produção utilizado (MUSSACHIO et al., 2014).

Outra hipótese desenvolvida para a produção e aumento das desigualdades regionais no país diz respeito à composição educacional dos imigrantes europeus durante a política de colonização europeia do século XIX. O argumento é de que o maior nível de escolaridade dos imigrantes teve impactos positivos, a longo prazo, na renda das regiões que implementaram essa política (notadamente São Paulo). Além do ponto de partida ser mais vantajoso, os imigrantes mais educados demandavam maiores investimentos em educação, com efeitos na alta escolaridade da população dessas regiões (KREUTZ, 2000). A má distribuição do capital humano como explicação para as desigualdades regionais também é observada por Barros (2012), para quem as externalidades positivas associadas à qualificação

---

<sup>1</sup> De acordo com essas análises, a desigualdade na América Latina não teria sido maior do que a observada na Europa e Estados Unidos até início do século XX. A América Latina só se tornou muito desigual ao perder o "grande nivelamento" vivido pelos países ricos, que passaram por choques econômicos e sociais durante as grandes guerras com alterações nos arranjos políticos-institucionais que estabilizaram as desigualdades em níveis baixos.

se relacionam, sobretudo, aos ganhos de eficiência e aumento da produtividade dos indivíduos com maior nível de instrução. Esse último argumento é importante no que diz respeito à educação superior e às políticas de democratização desse nível de ensino.

Nessa perspectiva, as possibilidades abertas pela expansão do acesso às instituições de ensino superior não se limitam ao seu papel estratégico no desenvolvimento econômico ou à melhoria da qualificação profissional. O processo pode se constituir como importante mecanismo de redução de desigualdades regionais. Este debate ganha relevância na medida em que uma série de estudos aponta para a centralidade da distribuição de capital humano na aceleração do desenvolvimento econômico e para a redução de disparidades entre as regiões (BARROS, 2012). Assim, é possível dizer que as desigualdades educacionais reflitam desigualdades regionais mais amplas. Qualquer dado de volume de escolaridade, qualificação de professores e infraestrutura, por exemplo, mostra as diferenças regionais que marcam o país. Nessa linha, as considerações que seguem tratam da relação entre qualificação, aumento do PIB per capita e redução de desigualdades (MENEZES FILHO, 2022), considerando a as recentes políticas de expansão e interiorização da educação superior no país e seus efeitos sobre a diminuição das desigualdades regionais.

Embora os contextos nacionais afetem fortemente a natureza e a dimensão da relação entre instituições de ensino superior (particularmente universidades) e desenvolvimento regional, é possível traçar dois objetivos principais na maneira de formular a missão dessas instituições. De um lado, projetos nacionais que sublinham a noção de competitividade, qualificação da mão de obra, crescimento e desenvolvimento econômico, e os impactos diretos e indiretos da educação superior na economia nacional; de outro, projetos que enfatizam o papel social das universidades na diminuição das desigualdades regionais e nas possibilidades de democratização do acesso a partir da perspectiva equitativa das oportunidades educacionais. A estratégia de desenvolvimento proposta pelas políticas públicas vinculadas ao ensino superior no Brasil, em geral, integra esses modelos e sintetiza a noção de transformação produtiva com equidade social, na qual se busca crescimento econômico, dinamização dos setores produtivos locais e distribuição equitativa de oportunidades educacionais.

Destaca-se, nesse contexto, três políticas que tratam diretamente da questão: o Plano Nacional de Educação<sup>2</sup> – PNE (2001 – 2010), que previu uma primeira fase tendo como principal meta a interiorização das oportunidades de acesso ao ensino superior público (MEC, 2012); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que buscou aumentar o número de vagas em unidades fora dos grandes centros; e, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em versão atualizada, que prevê a aplicação de recursos com “finalidade de diminuir as desigualdades regionais e prover o mercado com mão de obra

---

2 O Plano Nacional de Educação (PNE) é elaborado a cada dez anos. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional.

qualificada para atendimento da demanda do setor produtivo da região”<sup>3</sup> (BRASIL, 2017, Art. 15-J). O destaque dessas políticas está na interiorização das universidades federais. De acordo com Vinhais (2013), essa estratégia faz parte de uma política de Estado que combina políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição, ganhando protagonismo nas estratégias setoriais desenvolvimentistas.

Assim, as políticas de expansão e interiorização do acesso à educação superior são pensadas, especialmente na primeira década do século XXI, em termos de redistribuição social estratégica de oportunidades. Em outras palavras, são projetos que enfatizam o papel social das universidades na diminuição das desigualdades regionais e nas possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior a partir da perspectiva equitativa das oportunidades educacionais.

Neste artigo, considerando as recentes políticas de expansão e interiorização da educação superior no país, analisamos a desigualdade regional no acesso ao diploma de graduação na população adulta (25 anos ou mais) no Brasil na década de 2010. Buscamos responder em que medida a expansão das oportunidades de graduação de nível superior foi capaz de estreitar as disparidades intrarregionais no acesso a um diploma. Para isso, analisamos os dados das edições de 2012, 2016 e 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A), selecionando os dados da primeira entrevista. A PNAD Contínua produz informações sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, de modo a permitir caracterizar a escolaridade da população adulta das grandes regiões e construir indicadores segmentados pelas dimensões escolhidas para a análise: sexo, cor/raça, rendimento domiciliar per capita e área do domicílio.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A próxima seção discute a literatura referente aos três eixos teórico-conceituais da nossa análise: (i) a relevância das desigualdades regionais para a relação entre educação e desenvolvimento, (ii) os efeitos que exercem sobre a estrutura de oportunidades de acesso à educação superior, e (iii) como a expansão da educação superior tem consequências para resultados econômicos individuais e coletivos, como o desenvolvimento econômico nos níveis nacional e regional. Na seção seguinte, apresentamos os resultados descritivos das desigualdades na posse de um diploma de graduação entre as grandes regiões. Encerramos o artigo com considerações sobre a contribuição da análise para o aprimoramento das políticas de expansão

---

3 Em dezembro de 2017 foi sancionada a Lei do Novo Fies, que direcionou parte dos recursos dos fundos constitucionais e de desenvolvimento regional para o Fundo Estudantil. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente de ocasião Michel Temer afirmou: “A primeira ideia que as pessoas tinham era que o desenvolvimento nacional se ancorava apenas na indústria, comércio e serviços, e não exatamente na educação. Em uma interpretação sistêmica, conseguimos revelar que seria possível a utilização do fundo constitucional na educação. Porque educação é desenvolvimento”. Ainda que importante na concepção, a medida é influenciada pelo ajuste fiscal e pelos cortes orçamentários de seu governo. A série histórica dos financiamentos concedidos mostra que desde 2014 o programa sofre cortes sistemáticos, saindo de 690.588 em 2014 para 81.710 em 2018 (INEP, 2019).

e democratização da educação superior, bem como para políticas de desenvolvimento regional.

Antes, no entanto, é preciso pontuar que a Teoria do Capital Humano direciona o olhar para determinado tipo de desigualdade, como as diferenças salariais entre os grupos de diplomados, mas não explica os mecanismos envolvidos no fenômeno, correndo o risco de se tornar tautológica. Desse modo, a permanência de desigualdades, mesmo com alto investimento público em educação, traz à tona aspectos da realidade social que merecem ser levados em conta pelas teorias sociológicas e pela pesquisa social.

## REVISÃO DA LITERATURA

A desigualdade ou estratificação regional no acesso à educação superior tem sido relativamente pouco pesquisada e pouco teorizada nos estudos sociológicos sobre educação e desenvolvimento (LIU, 2015). Duas linhas de pesquisa principais têm debatido a relação entre educação e desigualdade regional na literatura internacional. A primeira foca nas mudanças nas condições econômicas desde os anos 1970 e as suas implicações para a oferta de educação e os resultados para as pessoas de diferentes regiões. De acordo com a teoria da modernização, a desigualdade regional está relacionada a processos de modernização e desenvolvimento econômico (TREIMAN, 1970; FORSYTHE et al., 2000). A distribuição desigual de recursos e infraestrutura educacional tem tido implicações diretas sobre a realização educacional. Evidências disponíveis para países africanos e o Brasil demonstram diferenças significativas no nível de escolaridade, conforme medido pelas tendências de taxas de frequência e de conclusão desde a expansão das oportunidades educacionais (RIGOTTI; FLETCHER, 2001; ORC/MACRO, 2000).

A segunda enfatiza as mudanças na política e governança da educação e as implicações dessas mudanças para a desigualdade regional. Um argumento bastante consolidado na literatura aponta que a ampliação da desigualdade regional está muitas vezes relacionada a políticas fiscais e governança descentralizada de políticas econômicas e sociais (RODRIGUEZ-POSE & GILL, 2004). Estudos realizados na China (YAO & ZHANG, 2001), Brasil (AZZIONI, 2001; MUSSACHIO et al., 2014) e países europeus (LOUGHLIN, 2001) sugerem que sistemas de governança descentralizados favoreceram regiões mais ricas em termos de recursos, capacidades e competitividade, e desfavoreceram regiões carentes, aumentando assim a desigualdade regional. No Brasil, também é conhecida a interpretação de que políticas de imigração implementadas no século XIX tiveram consequências de longo prazo sobre a produtividade e renda das regiões beneficiadas, notadamente São Paulo (KREUTZ, 2000).

Além de entender de que modo a estratificação regional é moldada por fatores econômicos e políticos inter-relacionados, a literatura internacional tem documentado os efeitos que exerce sobre a estrutura de oportunidades de acesso à

educação superior. Há evidências de que a distribuição desigual de instituições de educação superior reforça desigualdades regionais (METCALFE, 2009), afeta aspirações educacionais e carreiras de estudantes (LINDGRE; LUNDAHL, 2010) e está associada a chances desiguais de acesso às instituições mais seletivas entre os diferentes grupos sociais (TURNER; PUSSER, 2004). No Brasil, em que pese o número crescente de estudos sobre desigualdade de oportunidades de acesso e conclusão da educação superior (e.g. CARVALHAES & RIBEIRO, 2019; KNOP & COLLARES, 2019), pouco se conhece sobre como se associam a dinâmicas propriamente regionais de expansão do sistema.

Por outro lado, estudos têm avançado no exame das consequências da expansão da educação superior para o crescimento econômico das regiões. As pesquisas apontam que a criação de instituições de educação superior pode impulsionar economias regionais, por meio da injeção de recursos e criação de vagas de trabalho e pelo aumento da produtividade dos trabalhadores (MENEZES-FILHO et al., 2016). Além disso, a disponibilidade de graduados está associada não apenas a maiores taxas de ocupação, salários e renda domiciliar per capita, sobretudo nos municípios mais pobres ou menos produtivos inicialmente (MENEZES-FILHO et al., 2016), como também ao aumento do PIB per capita dos municípios ao longo do tempo (KOMATSU; MENEZES-FILHO & GANDRA, 2020). Há evidências de que os maiores ganhos de produtividade estão associados a graduados de instituições privadas e das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Negócios e Direito (KOMATSU; MENEZES-FILHO & GANDRA, 2020).

Entretanto, poucos estudos, principalmente no Brasil, têm investigado os diferentes mecanismos que explicam os retornos econômicos individuais do diploma de graduação. Embora haja um domínio evidente de trabalhos alinhados ao pressuposto da educação como fornecedora de habilidades produtivas, desenvolvido pela Teoria do Capital Humano, a literatura brasileira muito se beneficiaria em investigar mecanismos complementares, como os propostos pelas abordagens da educação como bem posicional e do fechamento social (VAN DE WERFHORST, 2011). Em linhas gerais, a primeira argumenta que a educação exerce sobretudo a função de sinalização, e não de entrega efetiva de habilidades produtivas, enquanto a segunda enxerga na educação uma função de legitimação de inclusão ou exclusão social, mais que de transferência ou de sinalização de habilidades. Uma vez que ambas as abordagens implicam em hipóteses distintas para entender como a educação superior é recompensada no mercado de trabalho, importa examinar em que medida padrões díspares de expansão espacial dos diferentes tipos de instituição e cursos da educação superior, em conjunto com dinâmicas econômicas locais, estão associados com modos mais ou menos “credencialistas” de remuneração do diploma de graduação.

Por último, como reconhecem estudiosos da economia (e.g. VALERO; REENEN, 2019) e da sociologia, destacamos que a expansão da educação superior está relacionada a uma gama variada de resultados individuais e coletivos, além daqueles relativos ao desenvolvimento medido apenas por indicadores econômicos. Para

citarmos alguns estudos ilustrativos desse ponto, Bowen e Bok (2000), em análise sobre a educação superior norte-americana, relacionam a qualidade das instituições de educação superior a medidas de satisfação no trabalho, participação cívica e satisfação geral com a vida. Em estudo sobre a Holanda, Van de Werhorst e Kraaykamp (2001) examinam os efeitos das áreas de estudo da educação superior sobre padrões de consumo e orientações sociopolíticas. A análise que apresentamos na próxima seção está alinhada a esse entendimento mais amplo das consequências da educação superior para o desenvolvimento do país.

## DESIGUALDADES REGIONAIS NA POPULAÇÃO ADULTA COM EDUCAÇÃO SUPERIOR

Estudos anteriores têm caracterizado a ampliação sistêmica da educação superior ocorrida nas primeiras décadas deste século como territorialmente generalizada, tanto em termos de matrículas, quanto no número de instituições, tendo esse avanço sido mais acentuado nas regiões Norte e Nordeste do país. Além do movimento geral de redução de assimetrias nos níveis interestadual e interregional, a incorporação da perspectiva intrarregional na análise da ampliação do sistema mostra que houve também uma expansão desconcentrada, com convergência na participação das regiões intermediárias da base e do topo da classificação econômica no total de matrículas e instituições (VIEIRA & DE MACEDO, 2022). Essa expansão desconcentrada da educação superior implica na melhoria das condições ou avanço do nível educacional da sociedade brasileira, sobretudo dos estratos populacionais de jovens em idade universitária (idealmente, na faixa de 18 a 24 anos), como atestam indicadores de quantidade de concluintes e Taxa de Frequência Líquida<sup>4</sup> à educação superior.

Entretanto, a trajetória recente de expansão do sistema de educação superior brasileiro não foi linear e uniforme, apresentando irregularidades e variações que se expressam em diferentes padrões sucessivos de crescimento e de configuração regional (VIEIRA; DE MACEDO, 2022). Nas análises a seguir optamos por focar no indicador de percentual de pessoas adultas, isto é, com 25 anos ou mais, com educação superior completa, uma vez que a participação de pessoas com educação superior entre a população adulta de um país é uma das *proxies* convencionais em estudos que captam o papel da oferta de capital humano como mediador das consequências econômicas da educação superior (VALERO & VAN REENEN, 2019). Outra justificativa para esta escolha da população de 25 anos ou mais está no fato de que, considerando que a educação superior brasileira é caracterizada por elevadas e desiguais taxas de não conclusão dos cursos de graduação, medidas como taxas de frequência são inadequadas para se discutir a efetiva disponibilidade de pessoas com educação superior.

---

4 A "taxa de escolarização líquida" indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.



Na análise da população adulta com educação superior por região do país, o indicador é desagregado por sexo (masculino e feminino), cor/raça (brancos e negros, estes somando pardos e pretos), rendimento domiciliar per capita habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes (até 3 salários mínimos, 3 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos) e área do domicílio (capital e interior). A informação sobre a renda domiciliar per capita disponível na PNAD Contínua refere-se à renda do domicílio do respondente no momento da entrevista. Embora não seja o objetivo da nossa análise, cabe ressaltar que não permite afirmar em que medida a renda do domicílio foi afetada pela aquisição de um diploma de graduação pelo respondente. Antes, estamos interessados em discutir padrões de desigualdade regional na aquisição do diploma de graduação na população 25 anos ou mais.

Além de características socioeconômicas dos indivíduos, farta literatura tem mostrado que recortes territoriais como área e localização do domicílio importam para o acesso ao diploma de educação superior. Considerando-se a ampliação da oferta pública de educação superior (via criação de novos *campi* e polos de universidade públicas), e a reconfiguração socioespacial do sistema promovida pela expansão das instituições privadas (VIEIRA & DE MACEDO, 2022), optamos por estender a análise da população de 25 anos ou mais, com educação superior, de acordo com a área dos municípios do domicílio dos indivíduos por região. Os levantamentos da PNAD Contínua não permitem chegar ao nível de microrregiões. Buscamos entender, portanto, em que medida a expansão territorial do sistema de educação superior brasileiro foi capaz de estreitar as diferenças intrarregionais no acesso ao diploma de graduação.

## DESIGUALDADES REGIONAIS DE SEXO

A Tabela 1 mostra o percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa segundo o sexo e as diferenças entre os sexos. Em todas as regiões e nos três anos analisados, o percentual de mulheres com educação superior foi maior do que o dos homens, com maiores diferenças sendo observadas na região Centro-Oeste (5,7 pp. em 2019) e as menores no Sudeste (2,1 pp. em 2012). Embora tenha havido melhora dos percentuais dos dois sexos no período de 2012 a 2019, podemos observar que o crescimento foi ainda mais forte entre as mulheres, puxado sobretudo pelas regiões Centro-Oeste (6,8 pp.) e Norte (6,0 pp.). Em 2019, os grupos que ocupam os extremos da escala são: os homens nordestinos – um em cada dez com educação superior; e, as mulheres do Centro-Oeste – um quarto com esse grau de instrução. É notável que o percentual de homens com educação superior no Nordeste em 2019 seja inferior àquele que as regiões do Centro-Sul já apresentavam em 2012. A região Norte foi aquela em que se observou o maior crescimento da diferença entre sexos (2,0 pp.).

Tabela 1: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por sexo (Brasil e grandes regiões, 2012-2019)

Região	2012		2016		2019		Δ 2012-2019 (%)		Δ Fem-Masc (2012-2019)
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Norte	10,5	6,8	13,4	8,7	16,5	10,8	6,00	4,00	2,0
Nordeste	9,5	6,2	11,9	7,8	14,2	9,6	4,70	3,40	1,3
Sudeste	16,6	14,5	20,3	18	22	18,5	5,40	4,00	1,4
Sul	14,6	11,5	18,4	14,3	20,1	15,8	5,50	4,30	1,2
Centro-Oeste	16,2	12,3	20,7	15,5	23	17,3	6,80	5,00	1,8
Brasil	14	11,2	17,3	13,9	19,3	15,1	5,30	3,90	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir da Pnad Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

O indicador selecionado para a análise reforça em grande medida o padrão de reversão da disparidade de sexo na educação (VAN BAVEL; SCHWARTZ & ESTEVE, 2018), com a distância entre as mulheres e homens com educação superior aumentando paulatinamente ao longo dos anos. A constituição de uma mão de obra qualificada crescentemente feminizada, como apontam estudos anteriores (e.g. SILVA, 2003), está associada a uma série de dimensões da discussão sobre desenvolvimento e educação. Ainda que as mulheres acessem em maior proporção a educação superior, sabemos que continuam sobre representadas nos cursos de graduação tradicionalmente femininos e de menor retorno social e econômico (e.g. RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015). A desigualdade no acesso à educação superior explica uma parte substancial das diferenças salariais e ocupacionais entre homens e mulheres graduados no mercado de trabalho. Elas estão em maior frequência em ocupações mais mal remuneradas. Por outro lado, há evidências de que nos estratos mais altos, são maiores os diferenciais de sexo (ITABORAÍ, 2016).<sup>5</sup>

## DESIGUALDADES REGIONAIS DE RAÇA/COR

Na Tabela 2 apresentamos os percentuais de brancos e negros (pretos e pardos) com 25 anos ou mais com educação superior completa, e as diferenças entre esses dois grupos. A proporção de brancos que terminaram um curso de graduação é de pelos menos duas vezes maior do que a dos negros em todas as regiões e nos três anos analisados. Em 2012, três vezes mais brancos do que negros tinham um diploma superior na região Sudeste, a maior diferença observada na série histórica. Esta diminuiu para 2,4 vezes em 2019. O acesso a um título de graduação por parte

<sup>5</sup> Há também uma literatura que aponta para a relação entre maior escolaridade e uma gama de retornos sociais ou públicos de natureza não econômica, como a melhora da saúde para as mulheres e crianças e a promoção de atitudes igualitárias de gênero por parte das mulheres (JACOBS, 1996).

de brancos e negros aumentou durante o período, mas com intensidade bastante variada entre as regiões. Podemos observar que a diferença no percentual de brancos com educação superior entre o início e fim da série termina muito próxima de 6,0 pp. em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste (6,6 pp.). Entretanto, o crescimento do percentual de negros variou entre 6,1 pp. no Centro-Oeste, o maior registrado entre as regiões, e 3,7 pp. nas regiões Nordeste e Sul, nas quais menos de um em cada dez negros tinha um diploma superior em 2019.

No entanto, embora a diferença absoluta entre a proporção de brancos e negros com educação superior tenha aumentado em todas as regiões, podemos observar, se considerarmos a frequência relativa<sup>6</sup>, um incremento no percentual de negros adultos com educação superior maior do que aquele registrado no percentual de brancos. Conquanto não seja objetivo deste artigo avaliar a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), o período selecionado para análise pode fornecer indícios sobre os efeitos indiretos de políticas de ação afirmativa implementadas, em caráter universal, por instituições federais de educação superior, sobre a proporção de graduados por raça/cor na população adulta. Entre os resultados observados da política de cotas, está o incremento na participação de egressos da rede pública nas instituições federais e estudantes de baixa renda, pretos, pardos e indígenas em cursos mais seletivos e de alto retorno (SENKEVICS, 2021). A literatura sobre estratificação horizontal na educação superior, contudo, enfatiza que a diferença racial/cor nessa etapa diminui de forma lenta pelo fato de pretos e pardos tenderem a entrar nas carreiras de menor retorno socioeconômico (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015).

Tabela 2: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por cor/raça - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Grandes regiões e Brasil	2012		2016		2019		Δ 2012-2019		Δ Branco-Negro (2012-2019)
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	
Norte	15,4	6,8	18,5	9,3	21,5	11,9	6,1	5,1	1,0
Nordeste	13,5	5,8	17,1	7,6	19,6	9,5	6,1	3,7	2,4
Sudeste	21,7	7,1	26,5	9,6	28	11,6	6,3	4,5	1,8
Sul	14,9	5,3	18,6	7,4	20,9	9	6	3,7	2,3
Centro-Oeste	21,2	9,5	26,2	13,2	27,8	15,6	6,6	6,1	0,5
Brasil	18,6	6,7	23	9	24,8	11,1	6,2	4,4	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

<sup>6</sup> Pode-se calcular utilizando a fórmula seguinte:  $((\text{valor final} - \text{valor inicial}) / \text{valor inicial}) * 100$ .

## DESIGUALDADES REGIONAIS SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

A Tabela 3 mostra o mesmo indicador analisado nas seções anteriores, mas por faixas de rendimento domiciliar per capita habitual: até três salários-mínimos e cinco ou mais salários-mínimos per capita ao mês. O limite inferior de rendimento foi definido com base no fato de que as faixas de rendimento de até 1,5 salário-mínimo e até três salários-mínimos per capita são utilizados nas principais políticas nacionais de inclusão social da educação superior, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e o sistema de reserva de vagas para acesso às instituições federais de ensino superior institucionalizado por meio da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Também é comum a utilização dessas faixas de rendimento na implementação por parte das instituições de educação superior públicas, de ações referentes ao Pnaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil (política do Ministério da Educação). A faixa de cinco ou mais salários-mínimos é a mais elevada utilizada na PNAD Contínua.

Como se observa sem dificuldade, as diferenças no percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior entre os grupos das faixas de rendimento mais baixo e mais elevado são imensas, as maiores observadas até aqui, e as que crescem no ritmo mais forte, quando comparadas às diferenças por sexo e raça. A proporção de pessoas com educação superior que vivem nos domicílios de maior renda terminou a série histórica, em 2019, sendo quase sete vezes maior (74,5%) do que aquela das pessoas dos domicílios de baixa renda no Brasil (11,2%). Essa diferença variou entre as regiões, mas em níveis bastante elevados: em 2012, chegou a ser de 13 vezes na região Nordeste, a maior diferença observada, e foi de pouco menos de seis vezes na região Centro-Oeste em 2019, a menor registrada. Nesse último ano, em todas as regiões do país, menos de duas em cada 10 pessoas que vivem em domicílios de até três salários-mínimos per capita tinham educação superior. Com a exceção da região Centro-Oeste, vemos que o hiato por rendimento domiciliar foi o que mais aumentou, entre os analisados até agora.

Tabela 3: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por renda domiciliar per capita - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Grandes regiões e Brasil	2012		2016		2019		Δ 2012-2019		Δ 3SM-5SM (2012-2019)
	3 SM	5 SM	3 SM	5 SM	3 SM	5 SM	3 SM	5 SM	
Norte	5,8	54,5	8,2	70,5	10,7	70	84,5%	28,4%	10,6
Nordeste	5	66,5	6,9	72,7	8,6	74,8	72,0%	12,5%	4,7
Sudeste	8,8	67	11,4	77,7	12,7	76,4	44,3%	14,0%	5,5
Sul	7,5	58	10,3	67,1	11,3	68,5	50,7%	18,1%	6,7
Centro-Oeste	7,5	67,6	11,3	73,5	13,2	74,2	76,0%	9,8%	0,9
Brasil	7,3	65	9,8	74,8	11,2	74,5	53,4%	14,6%	5,6

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

Nota: SM = salários-mínimos.

Apesar de a expansão da educação superior nas últimas décadas apontar para a equalização das oportunidades de acesso (SALATA, 2018), há evidências de que tanto o acesso, quanto a conclusão nos diferentes segmentos do sistema continua fortemente permeável à origem social dos estudantes (CARVALHAES & RIBEIRO, 2019; KNOP & COLLARES, 2019; RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015). Em particular, a literatura sobre evasão na educação superior sugere forte relação entre origem familiar dos estudantes e as chances de conclusão dos cursos de graduação (e.g. LOBO, 2012; SILVA, 2013). Os indicadores analisados por faixas de rendimento domiciliar apontam para uma crescente desigualdade de oportunidades de possuir um diploma de graduação, com implicações para a inserção no mundo do trabalho e para a produtividade da economia. Há desigualdade de salários, rendas médias e taxas de ocupação em todas as regiões do país, e persistência de nível baixo de produtividade agregada da força de trabalho brasileira (MENEZES-FILHO et al., 2016; FERREIRA; MENEZES-FILHO & KOMATSU, 2017).

## DESIGUALDADES REGIONAIS SEGUNDO A ÁREA DO DOMICÍLIO

As mudanças no percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa por área do domicílio e região são apresentadas na Tabela 4. Com exceção das regiões Norte nos anos de 2012 e 2016 e Sudeste ao longo do período analisado, o percentual de pessoas residentes em capitais que possuíam diploma superior foi sempre duas ou mais vezes maior do que aquelas de municípios do interior. Essa diferença aumentou desde 2012 em todas as regiões, sobretudo na região Norte. Dentre as regiões, também merecem destaque as regiões Centro-Oeste e Nordeste, que apresentaram a menor discrepância no crescimento absoluto do percentual de diplomados residentes em capitais e municípios do interior, e tiveram o maior crescimento relativo no interior (57,9% e 70,0%, respectivamente). Cabe a observação de que os anos 2010 foram marcados por políticas de interiorização da educação superior e educação à distância.

Tabela 4: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por área do domicílio - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Grandes regiões e Brasil Capital	2012		2016		2019		Δ 2012-2019		Δ Cap.-Int. (2012-2019)
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	
Norte	14,0	6,1	18,1	10,4	22,8	9,1	8,8	3,0	5,8
Nordeste	17,5	5,0	21,1	7,8	23,6	8,5	6,1	3,5	2,6
Sudeste	23,0	12,9	30	16,1	31,2	16,6	8,2	3,7	4,5
Sul	27,2	10,9	32,7	11,4	35,7	15,3	8,5	4,4	4,1
Centro-Oeste	23,2	8,8	28,8	11	30,7	13,9	7,5	5,1	2,4
Brasil	21,2	9,8	26,7	13,3	28,7	13,6	7,5	3,8	3,7

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

Em que pese o processo de interiorização da educação superior e a ampliação da oferta em municípios antes não atendidos registrados no período analisado (VIEIRA & DE MACEDO, 2022), continuamos a observar diferenças absolutas crescentes no percentual de graduados entre capitais e municípios de interior em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. A literatura sobre retornos individuais e sociais da educação superior adiciona algumas camadas à análise da evolução dos indicadores observados. A disponibilidade de adultos com educação superior completa está associada não apenas a maiores taxas de ocupação, salários e renda domiciliar per capita, sobretudo nos municípios mais pobres ou menos produtivos inicialmente (MENEZES-FILHO et al., 2016), como também ao aumento do PIB per capita dos municípios ao longo do tempo (KOMATSU; MENEZES-FILHO & GANDRA, 2020). Por outro lado, há evidências de que a absorção de capital humano é menor em municípios pequenos, que sofrem efeitos maiores do aumento de gastos levado a cabo pela implantação de universidades (BARBOSA et al., 2014).

## DESIGUALDADES REGIONAIS SEGUNDO GRUPOS DEFINIDOS POR MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Além do nível de desigualdade regional medido de acordo com as categorias de origem social consideradas separadamente, importa analisar em que medida as múltiplas dimensões da desigualdade reforçam ou compensam desvantagens observadas. Assim, baseados em estudos que recorrem a abordagens interseccionais da desigualdade (e.g. ALVES et al., 2016; CARVALHO & ARAUJO, 2019), passamos a examinar a desigualdade regional segundo grupos definidos pela combinação das variáveis discutidas anteriormente: sexo, raça/cor, renda domiciliar per capita e área do domicílio. Como as combinações dessas variáveis produziram um número grande de grupos, com alguns deles não apresentando amostra suficiente para estimativas confiáveis com a PNAD Contínua, analisamos apenas os dois grupos que representam os extremos da escala de desigualdade observada: (1) homens brancos com renda domiciliar per capita superior a cinco salários mínimos e residentes em capitais e (2) homens negros com renda domiciliar per capita até três salários mínimos e residentes em municípios do interior. A Tabela A2 no Apêndice apresenta os percentuais também para os grupos das mulheres situadas nos extremos da desigualdade na posse de um diploma de graduação.

A Tabela 5 apresenta os percentuais de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa de acordo com os dois grupos mencionados acima. Os valores apresentados por grande região ao longo do período analisado mostram a enorme distância que separa ambos os grupos: no mínimo seis quintos dos homens brancos com renda domiciliar elevada das capitais possuíam diploma de graduação nos anos selecionados, enquanto menos de um décimo dos homens negros com renda domiciliar baixa do interior tinham terminado um curso de graduação. Além disso, o abismo é crescente: a distância absoluta aumentou em todas as regiões, sobretudo nas regiões Norte (12,9 pp.) e Sul (10,7 pp.).

Os resultados indicam um padrão diferente daquele observado na força de trabalho como um todo, em que as posições situadas na base da hierarquia social são majoritariamente ocupadas pelas mulheres negras (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2020). No entanto, embora as dimensões de origem social pareçam inverter a questão de gênero entre os grupos menos favorecidos, extensa literatura documenta que as mulheres que acessam a educação superior são “direcionadas” para os cursos de menor retorno econômico e estima social (e.g. RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015; REIS & MACHADO, 2015).

Apesar da expansão da educação superior observada sobretudo nas últimas décadas e da implementação de políticas de democratização efetiva do acesso, ainda persistem, portanto, grupos sociais quase que inteiramente excluídos da possibilidade de acessar e concluir um curso de graduação, bem como de acessar as oportunidades oferecidas a quem possui um diploma no mundo do trabalho e em outras esferas da vida social. As disparidades encontradas em nível nacional e regional justificam, portanto, desenhos de políticas que abarquem os diferentes mecanismos de produção de desigualdades educacionais no país.

Tabela 5: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por grupo definido por sexo, raça, renda domiciliar per capita e área do domicílio - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Grandes regiões e Brasil	2012		2016		2019		Δ 2012-2019		Δ HB5C-HN3I. (2012-2019)
	HB5C	HN3I	HB5C	HN3I	HB5C	HN3I	HB5C	HN3I	
Norte	65,4	2,5	80,6	3,7	80,3	4,6	14,9	2,0	12,9
Nordeste	72,2	1,7	80,7	2,6	82,7	3,9	10,5	2,2	8,3
Sudeste	78,0	3,0	84,7	5,2	83,0	5,9	5,0	2,8	2,2
Sul	70,1	2,8	79,9	3,5	82,6	4,7	12,5	1,9	10,7
Centro-Oeste	75,5	2,6	80,1	5,1	80,1	6,6	4,6	4,0	0,7
Brasil	75,5	2,4	83,0	3,9	82,6	5,0	7,1	2,5	4,5

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

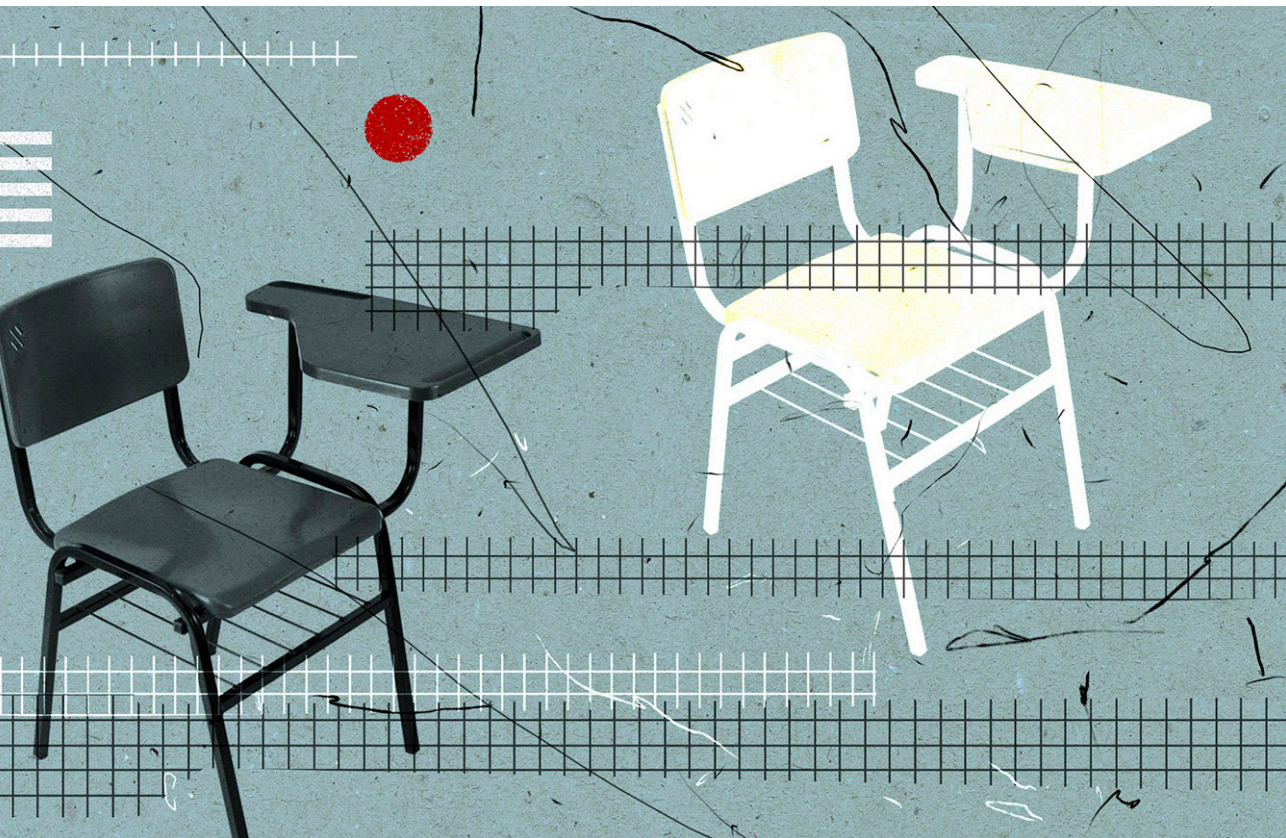
Nota: HB5C representa os homens brancos com renda domiciliar per capita superior a cinco salários mínimos e residentes em capitais; HN3I homens negros com renda domiciliar per capita até três salários mínimos e residentes em municípios do interior. Os percentuais da região Norte devem ser interpretados com cautela por limitação da amostra dos grupos para essa região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a partir de dados da população com 25 anos ou mais (população adulta), com educação superior completa, buscamos argumentar que as possibilidades abertas pela expansão do acesso à educação superior não se limitam ao papel estratégico de melhoria da qualificação profissional e de desenvolvimento econômico. O processo é importante também como mecanismo de redução de desigualdades regionais no país. Vimos que a estratégia de desenvolvimento proposta pelas políticas públicas de educação superior tem se pautado pela noção de

transformação produtiva, mas com equidade social com objetivo de crescimento econômico, dinamização de setores produtivos locais e distribuição equitativa de oportunidades educacionais. Três políticas têm destaque: o Plano Nacional de Educação, o Reuni e o Fies. O investimento na interiorização das oportunidades de educação superior seria um dos aspectos mais importantes destas políticas, via criação de novos *campi* e polos de universidades públicas, ou pela expansão do sistema privado ou da modalidade de ensino à distância.

A Teoria do Capital Humano, com muita força na concepção de políticas públicas, e que associa crescimento econômico à maior qualificação da população de um país, se pauta, sobretudo, por análises dos retornos individuais e sociais do investimento em educação, o que pode ser observado, por exemplo, por diferenças salariais entre grupos de diplomados e pelo aumento (ou não) do PIB. Contudo, não dá conta dos processos sociais que condicionam o acesso às oportunidades de qualificação e, menos ainda, as oportunidades sociais de conclusão de um curso de graduação. Dados como os da PNAD Contínua aqui apresentados dão indícios de que persistem desigualdades sociais nessas oportunidades quando comparamos grupos com distintas marcas sociais – de sexo, cor/raça, renda domiciliar e área de residência (capital ou interior). E isso mesmo em um período de alto investimento público e privado em educação superior. São aspectos da realidade social que precisam de melhor compreensão para que políticas públicas e investimento privado não sejam desperdiçados, com igual desperdício de talentos humanos potenciais.





No trabalho aqui apresentado, buscamos responder em que medida a expansão e democratização das oportunidades de graduação na educação superior, uma característica dos anos 2010, foi capaz ou não de diminuir disparidades inter e intrarregionais de acordo com as características socioeconômicas da população adulta diplomada. A trajetória recente da expansão e democratização do sistema de educação superior não é linear ou uniforme, apresentando, sobretudo, diferenças regionais. E, dentro de cada uma das regiões, ainda persistem desigualdades como as de sexo, raça/cor e renda domiciliar.

Os padrões encontrados para as duas primeiras variáveis são divergentes: no primeiro caso, há evidências de uma reversão da disparidade de sexo na educação, com a distância no percentual de mulheres adultas com educação superior aumentado em termos absolutos em relação aos homens; no segundo, apesar do aumento da diferença absoluta entre o percentual de brancos e negros com educação superior, podemos observar, um incremento relativo na proporção de negros com educação superior maior do aquele registrado entre os brancos. No entanto, é preciso observar que a literatura sobre estratificação horizontal na educação superior e no mercado de trabalho enfatiza que homens e mulheres e/ou brancos e negros não acessam as mesmas áreas de estudo, carreiras e nem condições de trabalho e salariais. Mulheres e negros continuam se concentrando em áreas de formação e posições de trabalho de menor retorno.

Com relação ao rendimento domiciliar per capita, essas são as maiores diferenças observadas e que têm crescimento mais intenso. O Brasil tem elevado nível de desigualdades regionais, medidas por meio de indicadores como renda per capita e composição do PIB, variáveis passíveis de quantificação (SEERS & SANTOS, 1979). Ao focarmos na dimensão educacional, esta foi tomada como espelho e dinamizador de desigualdades regionais. O pressuposto é o de que a escolaridade da população é, ao mesmo tempo, fator de produção e efeito das diferenças entre as regiões estabelecidas desde o século XIX. E, a despeito das políticas de interiorização das oportunidades de acesso à educação superior nos anos 2010 (como o Reuni), a disparidade crescente na proporção de adultos com educação superior entre capitais e interior representa, portanto, não apenas um desafio para políticas de expansão e democratização deste nível de ensino, como também para políticas de desenvolvimento regional, ressaltando a importância de se observar assimetrias tanto interregionais quanto intrarregionais.

Além da desigualdade regional observada entre grupos sociais definidos por uma única dimensão, como sexo ou raça, encontramos evidências de que as características desses grupos, quando combinadas, podem reforçar ou compensar determinadas desvantagens. Assim, embora as mulheres adultas apresentem percentuais superiores aos dos homens de conclusão da educação superior, é o grupo dos homens brancos, de renda domiciliar elevada e residentes em capitais que apresenta, via de regra, a maior proporção de conclusão da educação superior em todas as regiões. A operação de mecanismos complexos de produção de

desigualdades entrelaçadas reforça deve ser, portanto, elemento-chave para o desenho de políticas públicas com vistas à redução da desigualdade na conclusão da educação superior.

Considerar que mais qualificação não se converte, necessariamente, em melhores posições no mercado de trabalho levou a uma discussão importante no que diz respeito à manutenção das desigualdades mesmo em cenários de expansão das oportunidades educacionais. Ademais, a situação periférica de inserção do Brasil no capitalismo global coloca sérias limitações ao avanço econômico e social do país, expressas no crescimento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho mesmo com aumento da qualificação dos trabalhadores no mercado de trabalho. O desenvolvimento econômico visto como processo social, de caráter estrutural, em constante relação com os interesses e valores de grupos sociais que determinam rumos da política de desenvolvimento, é fator essencial para as análises da relação entre educação e produção e efeitos de desigualdades. Isso não significa perder de vista a centralidade da educação na redução de desigualdades, mas um incremento analítico às reflexões e investigações da relação entre educação e trabalho.

## Referências

- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. & XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, v. 4, n. 7, pp. 49–82, 1 jul. 2016.
- AZZONI, C. R. Economic growth and regional income inequality in Brazil. *The Annals of Regional Science*, v. 35, n. 1, pp. 133–152, 15 fev. 2001.
- BARBOSA, M. P.; PETTERINI, F. & FERREIRA, R. T. Avaliação do Impacto da Política de Interiorização das Universidades Federais sobre as Economias Municipais. *Anais do XVII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC/SUL*, Maringá, 2014.
- BARROS, A. R. *Desigualdades regionais no Brasil. Natureza, causas, origens e soluções*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BOWEN, W. G. & BOK, D. C. *The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BRASIL. Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 235, 08 dez. 2017.
- CARVALHAES, F. & RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, v. 31, n. 1, p. 195–233, 17 abr. 2019.
- CARVALHO, R. A. DE & ARAUJO, E. J. M. Expansão do acesso à educação superior em um debate interseccional de gênero e classe. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 30, n. 1, 31 dez. 2019.
- COATSWORTH, J. Inequality, institutions and economic growth in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, n. 3, pp. 545–569, 2008.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, M. J. B.; MENEZES-FILHO, N. & KOMATSU, B. *Produtividade e Educação nos Municípios Brasileiros*. Centro de Políticas Públicas do Insper (Policy Paper n. 24), 2017.

- FORSYTHE, N.; KORZENIEWICZ, R. P. & DURRANT, V. Gender Inequalities and Economic Growth: A Longitudinal Evaluation. *Economic Development and Cultural Change*, v. 48, n. 3, pp. 573–617, abr. 2000.
- GONZALES, L. E a trabalhadora negra, cumé que fica? In: RIOS, F. & LIMA, M. (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HONORATO, G. Natureza, treinamento e mérito: capital humano, estrutural-funcionalismo e o imaginário liberal. In: ZUCCARELLI, C. & HONORATO, G. (Orgs.). *Educação e Sociedade: análises sociológicas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TdvliC>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ITABORAÍ, N. R. trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. *Revista Gênero*, v. 16, n. 2, 26 dez. 2016.
- JACOBS, J. A. Gender Inequality and Higher Education. *Annual Review of Sociology*, v. 22, pp. 153–185, 1996.
- KNOP, M. & COLLARES, A. C. M. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 2, pp. 351–380, maio 2019.
- KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. & GANDRA, P. *Produtividade e Educação nos Municípios Brasileiros*. Centro de Políticas Públicas do Insper (Policy Paper n. 48), 2020.
- KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. & VEIRA, C.G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte. Autêntica. 2000.
- LINDGREN, J. & LUNDAHL, L. Mobilities of Youth: Social and Spatial Trajectories in a Segregated Sweden. *European Educational Research Journal*, v. 9, n. 2, pp. 192–207, jun. 2010.
- LIU, Y. Geographical stratification and the role of the state in access to higher education in contemporary China. *International Journal of Educational Development*, v. 44, pp. 108–117, set. 2015.
- LOBO, M. B. de C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. *Abmes Cadernos*, n. 25, pp. 9-58, Dez. 2012.
- MEC, 2012
- LOUGHLIN, J. *Subnational Democracy in the European Union: Challenges and Opportunities*. Oxford University Press, Oxford, 2001.
- MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, A. P.; ROCHA R. H. & KOMATSU, B. K. *O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda dos Municípios Brasileiros*. Centro de Políticas Públicas do Insper (Policy Paper n. 20), 2016.
- METCALFE, A. S. The Geography of Access and Excellence: Spatial Diversity in Higher Education System Design. *Higher Education*, v. 58, n. 2, pp. 205–220, 2009.
- MUSACCHIO, A.; MARTINEZ, A. & VIARENGO, M. *Colonial institutions, commodity booms, and the diffusion of elementary education in Brazil, 1889-1930*. National Bureau of Economic Research, Massachusetts, 2014.
- ORC/MACRO. DHS EdDATA Education Profiles for Africa: Data from the Demographic and Health Surveys, Development Experience Clearinghouse. 2000.
- REIS, M. C. & MACHADO, D. C. *Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília/Rio de Janeiro, jul. 2015.
- RIBEIRO, C. A. C. & SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. (Org.). *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.
- RIGOTTI, J. I. R.; FLETCHER, P. R. Growth of educational opportunities in Brazil during the 1980s and 1990s. *Annual Meetings of the International Union for the Scientific Study of Population*, Salvador, Brazil, August 18–24, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3KkUvb1>.

- RODRÍGUEZ-POSE, A. & GILL, N. Is There a Global Link between Regional Disparities and Devolution? *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 36, n. 12, pp. 2097–2117, dez. 2004.
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, v. 30, n. 2, pp. 219–253, 28 jul. 2018.
- SAUL, R. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 12, jul/dez 2004, pp. 230-273
- SCHULTZ, T.W. *O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SEERS, D.; SANTOS, M. d. G. Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? *Análise Social*, vol. 15, no. 60, 1979, pp. 949–68.
- SENKEVICS, A. S. A expansão recente do ensino superior. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 3, n. 4, p. 48, 22 abr. 2021.
- SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. *Avaliação*, v. 18, n.2, pp. 311-33, Jul. 2013.
- SILVA, N. V. Os rendimentos pessoais. In: SILVA, N. V. & HASENBALG, C. (orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- TREIMAN, D. J. Industrialization and social stratification. In: LAUMANN, E. O. (Org.). *Social Stratification: Research and Theory for the 1970s*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970. p. 207–234.
- TURNER, J. K. & PUSSER, B. Place Matters: The Distribution of Access to a State Flagship University. *Policy Futures in Education*, v. 2, n. 2, pp. 388–421, jun. 2004.
- VALERO, A. & VAN REENEN, J. The economic impact of universities: Evidence from across the globe. *Economics of Education Review*, v. 68, pp. 53–67, fev. 2019.
- VAN BAVEL, J.; SCHWARTZ, C. R. & ESTEVE, A. The Reversal of the Gender Gap in Education and Its Consequences for Family Life. *Annual Review of Sociology*, v. 44, n. 1, p. 341–360, 30 jul. 2018.
- VAN DE WERFHORST, H. G. Skills, positional good or social closure? The role of education across structural–institutional labour market settings. *Journal of Education and Work*, v. 24, n. 5, p. 521–548, nov. 2011.
- VAN DE WERFHORST, H. G. & KRAAYKAMP, G. Four Field-Related Educational Resources and Their Impact on Labor, Consumption, and Sociopolitical Orientation. *Sociology of Education*, v. 74, n. 4, p. 296, out. 2001.
- VIEIRA, D. J.; MACEDO, F. C. de. Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI. In: MACEDO, F. C. de; VIEIRA, D. J. & NETO, A. M. *Universidade e território: Ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI*. Brasília: IPEA, 2022.
- VINHAI, H. E. F. *Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil*. Doutorado em Teoria Econômica—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2 dez. 2013.
- WILLIAMSON, J. G. Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling? *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 16, n. 3, pp. 324–341, 2015
- YAO, S. & ZHANG, Z. On Regional Inequality and Diverging Clubs: A Case Study of Contemporary China. *Journal of Comparative Economics*, v. 29, n. 3, pp. 466–484, set. 2001.

## **APÊNDICE**

Tabela A1: Número (mil pessoas) e percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Brasil e grandes regiões	2012		2016		2019	
	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	725	8,7	1048	11,1	1371	13,4
Nordeste	2467	7,9	3342	9,9	4264	12,1
Sudeste	8357	15,6	10674	18,6	12254	20,5
Sul	2362	13,1	3126	16,2	3624	17,9
Centro-Oeste	1250	14,4	1672	17,3	2073	20,2
Brasil	15163	12,7	19863	15,3	23586	17,4

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

Tabela A2: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com educação superior completa, por grupo definido por sexo, raça, renda domiciliar per capita e área do domicílio - Brasil e grandes regiões, 2012-2019

Grandes regiões e Brasil	2012				2016				2019			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Norte	65,4	68,5	5,4	2,5	80,6	78,5	7,6	3,7	80,3	77,8	9,4	4,6
Nordeste	72,2	74,6	4,2	1,7	80,7	75,0	6,1	2,6	82,7	76,6	7,8	3,9
Sudeste	78,0	71,0	5,6	3,0	84,7	80,8	7,8	5,2	83,0	80,6	9,3	5,9
Sul	70,1	63,9	3,8	2,8	79,9	77,7	6,5	3,5	82,6	80,7	7,8	4,7
Centro-Oeste	75,5	73,0	5,9	2,6	80,1	78,7	9,8	5,1	80,1	82,0	11,3	6,6
Brasil	75,5	70,6	4,9	2,4	83,0	79,3	7,2	3,9	82,6	80,2	8,8	5,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua/IBGE 2012, 2016, 2019.

Nota:

A = Homens brancos com 5 salários mínimos ou mais de renda domiciliar per capita e residentes em capital  
 B = Mulheres brancas com 5 salários mínimos ou mais de renda domiciliar per capita e residentes em capital  
 C = Mulheres negras com até 3 salários mínimos de renda domiciliar per capita e residentes em interior  
 D = Homens negros com até 3 salários mínimos de renda domiciliar per capita e residentes em interior